

# RUSGA – SOBRE UM EVENTO POLÍTICO E SEU NOME

QUARREL – ABOUT A POLITICAL EVENT  
AND ITS NAME

Ernesto Cerveira de Sena<sup>1</sup>

**RESUMO:** O texto aborda o episódio conhecido por “Rusga” – ocorrido em 1834 no Estado de Mato Grosso –, a memória que os homens públicos tinham sobre ele nos anos subsequentes e como foi designado posteriormente. Pouco tempo após sua ocorrência, o evento ficou conhecido por “30 de maio”. As pessoas que o vivenciaram tinham recordações de um acontecimento fatídico, com repercussões na política local e mesmo nas considerações nacionais. Novas configurações políticas se formaram depois do episódio. No século XX, o acontecimento passou a ser designado por “Rusga”, termo que conotava pequena desavença, corroborando a ideia de uma nação coesa desde muito tempo.

**Palavras-chave:** Regência. Mato Grosso. Rusga.

**ABSTRACT:** The text discusses the episode called “Quarrel”, in 1834 occurred in Mato Grosso, his memory by public men in subsequent years and as it was called then. Shortly after the episode, he became known as “May 30”. People who experienced the event had memories of a fateful event, having an impact on local politics and even on national considerations. New political configurations formed after the event. In the twentieth century, the event became known as “Quarrel”, a term that connoted tiff, supporting the idea of a united nation for a long time.

**Keywords:** Regency. Mato Grosso. Quarrel.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. Leciona na graduação e na pós-graduação em História. ernesto.sena@gmail.com

Celso Pereira de Sá (2005), a respeito dos vários estudos sobre memória, desde Hawbwachs, passando por Nora, até Frenetress, afirma que todos têm um aspecto em comum: o de que a memória não é uma reprodução das experiências passadas, mas, sim, uma construção que se faz a partir delas, sendo elaborada, sobretudo, em função de uma realidade presente e com o apoio de recursos proporcionado pela sociedade e sua cultura. Acrescentaríamos, nesse sentido, que a memória é elaborada devido a uma determinada imagem que se atribui (ou assim se pretende) a determinados eventos históricos e/ou às pessoas passadas.

Com base nessas considerações, este texto pretende tratar do fato político conhecido por “Rusga”, mas principalmente de como as pessoas se lembraram dele nos anos seguintes. Trata-se de um episódio que era lembrado com pesar, visto como um divisor de águas na política local e nomeado por “30 de maio”. Somente no século XX o evento aparece designado por “Rusga”, nome que não correspondia à violência vivenciada em Mato Grosso, nem à força incisiva que veio a ter na vida política da região.

Apoiando-nos em alguns documentos e nas principais pesquisas sobre a “Rusga” (SIQUEIRA, 1992; 2002; CORRÊA FILHO, 1993), podemos sintetizar o movimento da maneira que segue. Em Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, vários ataques fatais foram dirigidos principalmente contra lusitanos, vistos como privilegiados dentro do ordenamento social, ou como “perigosos” para os propósitos políticos dos “verdadeiros brasileiros”. Eram percebidos assim tanto por parte da elite política local como por boa parcela da população em geral.

O ódio aos portugueses, demonstrado em várias partes do país que se constituía, foi carregado em Mato Grosso por um grupo da pequena elite política cuiabana que desejava ascensão na carreira pública, fazendo frente a um antigo grupo. Para isso, contava com determinado apoio popular, principalmente da soldadesca.

De fato, foi um levante formado na maior parte por milicianos e soldados rasos da Guarda Nacional, que se reuniram em frente ao palácio do governo, no dia 30 de maio de 1834 (dia já marcado com antecedência), para exigir a saída dos portugueses não só de cargos governativos, mas da província, tendo que deixar todos os seus pertences (CORRÊA FILHO, 1993, p. 476-483).

O líder da revolta, até então, seria o comerciante e oficial de milícia Poupino Caldas, que também era um dos principais membros

da Sociedade dos Zelosos da Independência, organização que preconizava resguardar a separação do Império de Portugal e, para isso, hostilizava abertamente os lusitanos, incluindo os naturalizados. De outro lado, existia a Sociedade Filantrópica, com portugueses e outras pessoas da elite de Cuiabá (SIQUEIRA, 2002, p. 88-89). Esse tipo de sociedade espelhava-se em várias outras disseminadas pelo Brasil (GUIMARÃES, 2001), posicionando-se não apenas em relação aos lusos que moravam nesta parte do Atlântico, mas também quanto à maneira com que deveriam ordenar política e socialmente o novo país – como, por exemplo, de que salvaguardariam um grau elevado de autonomia para o poder legislativo.

Essas agremiações políticas, precedendo a existência de partidos que existiriam mais tarde, eram marcas registradas do chamado Período Regencial. Esse período, com mobilizações não apenas pautadas por associações, ficou conhecido como um momento de muitos confrontos, debates e fortes combates, por motivos e formas bastante diferenciadas. Não seriam de um tipo único, tal como pessoas que desejassem autonomia local contra o governo central, ou mesmo tendo os lusitanos como alvos principais. As motivações e os atores foram diversos, no momento em que a figura do imperador estava afastada como centro de emanção e execução do principal poder, enquanto muitas ideias políticas eram conflitadas na tentativa de se formular e construir um novo país (BASILE, 2009).

No entanto, em Mato Grosso a discussão estava polarizada em relação à presença dos portugueses em qualquer atividade. Segundo um proeminente militar da Marinha, autor de corografias e memórias sobre a província, sendo mais tarde uma figura ímpar na política mato-grossense, os lusos não eram maioria nem predominavam nos principais cargos políticos (LEVERGER, 2001). Entre o pequeno grupo que configuraria os principais homens públicos, somente Jerônimo Joaquim Nunes era lusitano de nascimento e já morava há mais de três décadas nos momentos que antecederam a “Rusga”. Mas no comércio havia peninsulares com bons ganhos, pelo menos aparentemente, numa região que vez por outra enfrentava a carestia. Como aconteceu em vários lugares, a culpa de muitos problemas era fartamente atribuída aos lusitanos.

Depois de diversas pequenas rebeliões militares em vários lugares de Mato Grosso, sem um fim específico maior do que o protesto pelo atraso dos soldos e maus-tratos, o “30 de maio” de 1834 estava marcado como o dia no qual estouraria um grande levante, com

ampla mobilização, com o propósito de expulsar definitivamente os portugueses da província. O conselho (formado por cinco pessoas) que governava a província soube com antecedência da rebelião planejada. Ciente da impossibilidade de contar com soldados leais e homens armados o suficiente para deter uma insurreição, os principais administradores da província renunciaram e saíram da cidade, até que o próprio Poupino Caldas, que também integrava o pequeno conselho governativo, assumisse como único governante, já na véspera do levante. Talvez acreditassem que o chefe dos *zelosos* ainda pudesse impedir a insurreição. No entanto, a população reunida, na noite de 30 de maio, pouco atenção teria dado ao novo governante e prosseguiu em seus planos de expulsar os portugueses e seus parentes, além de saquear suas posses e combater seus aliados. Se muitos já haviam deixado a capital, vários foram pegos, seviciados e mortos. Olhos foram furados com bastões. Orelhas eram enviadas de outras partes da província para comprovação tanto da degradação como da morte de brancos peninsulares. Corpos foram impedidos de ser enterrados e suas esposas e filhas foram violadas (MESQUITA, 1978). A violência vitimou várias dezenas de pessoas.

Em carta ao governador de Chiquitos, na Bolívia, Pimenta Bueno, que foi presidente de província entre 1836 e 1838, sem dar nome ao movimento político fazia uma descrição da maneira atroz com que as pessoas foram mortas semelhante à de José de Mesquita.

[infringiram] actos da mais refinada crueldade lançando fogo em alguns ainda semivivos, cortando-lhes as orelhas, partes pudentas, atravessando os ouvidos com baionetas, obrigando as famílias de tais desgraçados a por luminarias, proibindo que se desse sepultura aos cadáveres e finalmente outros factos que causão horror de lembrar (APMT. PIMENTA BUENO, 8 de março de 1837).

Pouco depois das atrocidades, Poupino Caldas se correspondia com o governo central destacando que a província estava finalmente em “ordem”, justamente devido ao fato de os portugueses a terem deixado. Ou seja, o líder dos *zelosos* representava que haviam sido os lusitanos que teriam causado o conflito. De toda maneira, logo depois comandou tropas acalmando os amotinados restantes. Poupino, presidindo a província, não ressaltou as matanças para os políticos do governo central, e ainda imputou a culpa dos ocorridos aos próprios portugueses, em sua participação governamental controversa (AN. CALDAS, 3 de junho de 1834). Com a chegada de novo governante

enviado pela Corte, Antônio Pedro de Alencastro, não era mais possível omitir que tinha, sim, acontecido uma série de crimes contra os “adotivos” e outras pessoas, sendo eles, portanto, os vitimados. Tinha-se que iniciar um processo criminal e todos também sabiam das ligações de Poupino com os insurretos.

Os processos teriam que encontrar culpados, mas o *ex-zeleoso* conseguiu proteção justamente do presidente de província enquanto delatava os antigos companheiros. Os outros cabeças, em número de cinco, chegaram a ser presos e enviados para fora de Mato Grosso, mas depois se livraram da cadeia. Os miúdos – ao menos alguns – pagaram sentença até conseguirem fugir. Eram 17 presos na cadeia de Mato Grosso que, após matarem o carcereiro e levarem armas, se instalaram na Bolívia. Além desses, outro que participara das matanças, mas logo conseguiu evadir-se para o país vizinho, foi Antônio José Rodrigues. Isso foi motivo de uma série de reclamações do governo provincial, inclusive da diplomacia brasileira, quando enviou delegação a Sucre requisitando a extradição dos evadidos (entre outros, APMT. ALENCASTRO, 19 de dezembro de 1835; APMT. PIMENTA BUENO, 10 de junho de 1837).

Na ocasião em que o presidente Alencastro deixou a província, Poupino Caldas perdeu a proteção e passou a ser perseguido pelo presidente subsequente, o futuro marquês de Santos, Pimenta Bueno. Depois de várias ameaças de processos, Poupino resolveu deixar Mato Grosso. Quando percorria algumas casas para se despedir, foi morto por um de seus incontáveis desafetos. Para Pimenta Bueno, todos os indícios apontavam Antônio José Rodrigues, que estava refugiado na Bolívia, como o autor do crime (APMT, PIMENTA BUENO, 10 de junho de 1837). O governo de Mato Grosso, em suas negociações com as autoridades bolivianas, conseguiu apenas que ele se retirasse da zona fronteiriça para o interior do país que lhe deu asilo (APMT. PIMENTA BUENO, 10 de março de 1838).

É interessante observar que, depois da morte do oficial de milícias Poupino Caldas, iniciou-se uma nova e acentuada reconfiguração política que deixaria praticamente de fora as antigas lideranças residentes em Cuiabá, como Fernando Corrêa da Costa e Jerônimo Joaquim Nunes. Em seguida, os novos grupos se antagonizaram em duas facções (como se chamavam os grupos políticos à época), mas dessa vez sem um elemento muito claro que distinguisse um do outro, tal como foi a distinção entre os aliados dos portugueses e os não portugueses. De maneira geral, podemos dizer que um grupo se formou (1837),

mas, sobretudo, se consolidou no intuito de sobrepujar os parentes e herdeiros políticos das chamadas famílias tradicionais da baixada cuiabana, formando o Partido Liberal. Para isso, contavam com a adesão de homens públicos de outros lugares de Mato Grosso, mas ao mesmo tempo não prescindiam de outras figuras da capital. Foi justamente a bem-sucedida articulação com lugares que distavam centenas de quilômetros de Cuiabá, tais como Miranda (aproximadamente 750 km ao sudeste) e a cidade de Mato Grosso (antiga Vila Bela, aproximadamente 400 km a noroeste), que fez o grupo conseguir a supremacia na política provincial por mais de uma década ininterruptamente, a despeito das várias quedas de gabinete na Corte e da oposição exercida pelos presidentes de província (SENA, 2007).

As lutas entre os dois grupos incluíam várias estratégias legais, ilegais ou extralegais para vencer eleições e conseguirem nomeações, tais como a utilização de chantagens, subornos, ostentação de poderio bélico, entre outras modalidades, que garantiram a proeminência de um grupo político desde o fim da Regência até a primeira década do Segundo Reinado. Mas também houve um certo “acordo”, além de muitas vistas grossas do governo central em relação ao grupo que tinha como principal líder um fazendeiro de Poconé, chamado Manuel Alves Ribeiro, cuja hegemonia pôde ser duradoura, para o desgosto de muitos presidentes de província, que se chocavam constantemente com seu partido, e de antigos políticos de Cuiabá, que também amargavam várias derrotas políticas. O governo central do Império não poderia enfrentar os “liberais” de maneira aberta e direta ante o terrível fantasma de uma possível guerra civil na longínqua região de fronteira (em relação à Corte). O próprio “30 de maio” lembrava o potencial explosivo existente em Mato Grosso (SENA, 2009). Deixar quase despercebidas ou fazer vista grossa foi na maioria das vezes a política do governo central diante de situações como, por exemplo, o sequestro do doutor Sabino, o líder da Sabinada na Bahia, quando era levado para a prisão. Ele foi enviado para residir em uma das fazendas das lideranças locais e servir como médico privativo (CORRÊA FILHO, 1948).

Durante as décadas de 1830 e 1840, os discursos governamentais, sejam os provinciais, sejam os proferidos na Corte, acentuavam a necessidade de “ordem”. Era a ordem política que era questionada e posta à prova em diversos locais do território que desejavam fazer e manter como um império. Explodiam revoltas no Pará e no Rio Grande do Sul, e a fronteira oeste também apresentava necessidades

de cuidado. No entanto, se os grupos que haviam assumido a província podiam até certo ponto delinquir, não chegaram a desafiar aberta e contundentemente o regime monárquico e constitucional. A lembrança do “30 de maio”, exposta de maneira oficial, era um modo de mostrar a adesão aos princípios fundamentais do regime, enquanto várias insurreições em diversas partes do país colocavam em perigo a unidade do Império. As precauções e as remissões aos fatos passados eram expressas nos principais documentos produzidos pela administração local: os relatórios dos presidentes de província.

Esses textos eram normalmente lidos na abertura da Assembleia Legislativa. Aí podiam averiguar os ditames que norteariam tanto a condução da administração provincial como as direções empreendidas pela Corte. Faziam-se recomendações às casas legislativas provinciais sobre quais deveriam ser os procedimentos adequados para o bom andamento das governanças. Mas também aí se mostravam, vez por outra, os dissabores do lugar.

Os relatórios presidenciais de Mato Grosso começaram a ser divulgados em julho de 1835, quase 14 meses depois do movimento conhecido posteriormente por “Rusga”, como exigência das novas leis monárquicas que estabeleciam a existência de assembleias provinciais. Deveria permanecer ao menos uma cópia em Mato Grosso, enquanto outras eram enviadas para o governo central, com a finalidade de estreitar e concatenar os atos administrativo-políticos com o que era formulado na Corte para as várias regiões.

Dessa maneira, uma das preocupações dos chefes do Executivo, na segunda metade dos anos 30, era justamente mostrar como deveriam ser recordados os acontecimentos que envolveram o “30 de maio”, ainda sem chamarem o conflito de 1834 de “Rusga”.

O principal delegado do governo, Antônio Pedro de Alencastro, mesmo acobertando o controverso Poupino Caldas durante sua administração, afirmava em seu primeiro relatório que as pessoas (as que poderiam mobilizar homens e que tinham participação política) reconheciam que o “Governo Supremo, pelo andamento que tem dado ao Sistema Constitucional”, regia as pessoas, graças “ao fiel e obediente Povo Brasileiro”, percebendo garantida sua “liberdade e felicidade social”. Assim, refletia a linguagem pactualista que prosseguia desde a época da independência, pelo menos. No entanto, dizia que lhe era “forçoso”, naquele momento, trazer “a lembrança – apesar de me ser sobremodo doloroso – que, depois do fatal 30 de maio, de que fostes [os membros da Assembleia Legislativa] testemunha ocular”, pois os

chamados “cabeças” (com exceção de Poupino) dos “tão horrorosos crimes tentaram um outro levante, mas foram presos pelos “cautos e pacíficos cidadãos” (ALENCASTRO, 1845).

O vice-presidente que assumiu depois de Alencastro, Antônio José da Silva, mostrava a preocupação com o problema da ordem política, mostrando que não se deveria confundir “liberdade” com insubordinação, indicando que, mesmo sendo um fazendeiro morador distante dos principais centros de decisão política do Império, estava afinado com os debates que requalificavam a palavra “liberdade”, ou seja, que antes era um atributo do “cidadão” diante do “despotismo”, mas que sendo o governo constitucional e construtor de instâncias representativas, não haveria razão para descontentamentos políticos na província. Assim, lembrava aos parlamentares o “30 de maio”, quando havia “desvairado este povo, bandeado pela intriga”. Tal atitude, do “povo”, poderia ter sido a ruína completa da província, pois poderia tê-la tirado do sistema em que estavam vivendo. Ou seja, a “prosperidade” e o “bem-estar” eram assegurados, sobretudo, por viverem na monarquia constitucional, forma garantidora da harmonia social. Dessa maneira, acontecimentos como os expressados no “30 de maio” poderiam ter levado a província para um “futuro desastroso” depois da “terrível tempestade” (SILVA, 1845, p. 2).

Pimenta Bueno, durante sua presidência na província, dizia que o estado de desordem em que se achavam os corpos armados, notadamente a Guarda Nacional, era justamente devido ao “legado enfadonho, que nos deixou o funesto dia 30 de maio” (PIMENTA BUENO, 1845, p. 6). Se o discurso da ordem era o principal direcionamento para as ações administrativas, era também o entendimento fundamental entre as elites políticas, justamente no momento em que os grupos políticos estavam em recomposição. Nesse sentido, como assinalava Pimenta Bueno, era fundamental reorganizar os corpos armados, notadamente a milícia cidadã. Mas isso, de fato, somente começaria a ficar mais a contento na década de 1850. Até então, várias pessoas qualificadas como cidadãos lembravam que era urgente atacar qualquer “calo anárquico”, que poderia inclusive induzir a vinda de um possível governante “déspota” enviado pela Corte (AN. ABAIXO-ASSINADO, 1º de dezembro de 1835; AN. SILVA, 16 de dezembro de 1835; ABAIXO-ASSINADO, 17 de dezembro de 1835), independentemente de como as forças regulares estivessem estabelecidas.

Nas primeiras décadas do novo país, as formas representativas da política eram vivenciadas e discutidas acaloradamente em várias partes,



e foi quando justamente durante a Regência houve a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, com a intenção clara tanto de se fazer uma História unificadora como de se conceber uma geografia específica, dando forma e passado a uma identidade coletiva, chamado Império do Brasil (DIEHL, 1998).

Neuma Brilhante Rodrigues (2001) mostra que, se desejavam fazer uma História do novo país, esta teria de “esquecer” vários episódios ocorridos tanto nas províncias como nos territórios das épocas coloniais. As lições de esquecimento de Ernest Renan, nas suas constatações de como era formada uma nação, em “Qu’est-ce qu’une nation?”, somente seriam publicados em 1882, mas como mostra a autora, no propósito de se escrever o passado eram obliterados fatos em que o Estado português tinha sido notoriamente violento, assim como também evitavam-se episódios que pudessem denotar intenção separatista. Ainda, continuando a autora, a História pátria do Instituto, representada e sintetizada pelas propostas de Von Martius publicadas na década de 1840, deveria promover a criação de laços entre as diversas regiões do país, procurando garantir a manutenção do território nacional, a despeito das diferenças existentes.

Assim, acontecia no Brasil o que ocorria também em várias outras partes do mundo ocidental no século XIX: forjavam-se nações tendo como um dos suportes a construção e a admiração de sua História pelas elites e pelo Estado, que passava a ser um Estado-nação, com cunho fortemente emotivo, atrelando-se aos antigos sentidos de pátria e amor à terra, ao mesmo tempo que procurava expandir-se territorialmente, principalmente para “dentro” (MATOS, 2009, p. 17). A unificação de vários grupos separados e distintos, que queriam se fazer unidos no presente, preconizava também a unificação deles no passado, fenômeno que se espalhava pela América Latina (GUERRA, 2003).

Nesse intuito, em 1845 o presidente de província Ricardo Gomes Jardim escrevia de Cuiabá para o ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, que conforme havia sido ordenado, estava mandando documentos “que pareçam interessantes à nossa História”. Lamentava o presidente que muitos documentos tinham se perdido devido à sua má conservação e à falta de funcionários na secretaria do governo. Em relação a outros documentos, de que não tinha como prescindir, poderia conseguir um copista para enviar à Corte os dados que continham. Na maior parte, dados biográficos, “memórias” de um engenheiro “e de outras pessoas”, registro de costumes de “certas hordas de indígenas”, dados sobre a exploração de rios e minas. O

presidente ressaltou que faltavam muitos dados da época de capitania (APMT. GOMES JARDIM, 5 de maio de 1845). Podemos destacar que não coube a ele fazer qualquer referência a acontecimentos que demonstrassem inequívoca contundência política, como a que tinha acontecido em 1834.

Se para se formar a nação era preciso uma boa dose de esquecimento, o “30 de maio” era lembrado pelos habitantes de Mato Grosso, ainda na década de 1840, como algo sem dúvida funesto. Em Cuiabá, nos anos e décadas imediatamente seguintes, quando as autoridades se referiam a ela em seus pronunciamentos, não deixava de ser lembrada como atitude injustificada e pesarosa.

Dessa maneira, foi extremamente espantoso quando os membros do Partido Liberal saíram às ruas comemorando o “30 de maio”. Era 1848, ano em que aconteceram revoltas encabeçadas por liberais em São Paulo e em Minas Gerais. Em Pernambuco também houve uma insurreição contra o governo central, que estava composto principalmente pelos senhores do Partido Conservador (NABUCO, 1997). No entanto, se os conservadores estabeleciam a direção do Império, como demonstrou Ilmar Mattos (1987) em *O tempo saquarema*, em Mato Grosso acontecia o contrário: o partido hegemônico era o partido oposto ao governo central. Desde que se formara a agremiação política chamada de “Liberal”, eles conseguiam fazer a maioria na Assembleia provincial e elegiam os deputados que eram mandados para representar a região no Rio de Janeiro. Somente perdiam, até um determinado momento, na Câmara de Vereadores de Cuiabá.

De toda forma, a política provincial era terreno no qual os membros do Partido Conservador tinham cada vez menos espaço. Assim, também no ano de 1848, os liberais, capitaneados por Manoel Alves Ribeiro, conseguiram derrotar os conservadores inclusive na vereação da capital, enfrentando lideranças das chamadas “famílias tradicionais” e a despeito da oposição que recebiam constantemente de vários presidentes de província. Nesse mesmo ano chegou como o principal delegado do Império o major Oliveira, homem enviado para a província com o propósito de barrar o domínio dos partidários do fazendeiro de Poconé. Um dos meios (sem podermos precisar a eficácia) de o major tentar minar os chamados liberais foi imputar-lhes apelidos depreciativos, de maneira que viessem a ser politicamente estigmatizados. Nos discursos, talvez como outras pessoas também já o fizessem em suas conversas, chamava o grupo político de “Partido de Camapuã”, em alusão a uma fazenda que Manuel Alves Ribeiro

teria tomado para si, subtraindo posse do governo imperial. Nela, teria até mesmo cometido crime inafiançável de reduzir à escravidão os negros que lá moravam. Mas o fazendeiro, em uma série de manobras, conseguiu manter-se ileso às acusações (SENA, 2009, p. 78-99).

Mesmo assim, o major estava resoluto. Para diminuir a força do grupo oponente, estabeleceu uma ligação entre os adversários e os que haviam participado dos assassinatos de 1834:

O Partido que hoje é aqui conhecido pela denomina[ção] de Partido de Camapuã, e que em 8 de junho de 1846 a Sessão do conselho de Estado dos Negócios do Império já qualificava de audaz, é o sucessor do que no dia 30 de maio de 1834, e seguintes, cobriu de luto esta Província com a carnificina e roubos que cometera (AN. OLIVEIRA, 29 de novembro de 1848).

Devido a essa associação entre os que participaram do evento de 1834 e o Partido Liberal, os seguidores de Ribeiro fizeram vários festejos justamente no dia 30 de maio seguinte. Muitos ficaram admirados com a ousadia. Se o estigma político é um fator com bastante peso, seja para o sucesso, mas também para o fracasso, os identificados com o episódio de 15 anos antes fizeram eventos durante todo esse dia. Primeiramente, organizaram a “festa do Espírito Santo”, que segundo o chefe de polícia, “tomou o caráter de devoção especial de um partido, que *in totum* a ela concorreu, mediante rigoroso convite tanto para os atos da cerimônia religiosa, como para os mais festins de uso”. Poderia ser insignificante em si, se não houvesse as possibilidades de ruptura que existiam ainda em Minas e São Paulo, já expressas nas rebeliões de 1848. Mas era significativo porque os “festins de uso” naquela data não era nada usual, ao contrário. O chefe de polícia assinalava que o deputado provincial Delfino de Almeida, braço direito de Manoel Alves Ribeiro, “se atreveu a festejar o aniversário” do dia em que “a piedade pública e cristã comemora com dobres de sino, missas e mais cerimônias religiosas!”. Fez um sarau especial para a data cujos convidados foram “escrupulosamente escolhidos segundo seus antecedentes e preconceitos, como títulos, para nele terem ingresso” (AN. COELHO, 1º de junho de 1849).

Mas o verdadeiro confronto se daria nas eleições para deputado-geral. Concorreram ninguém menos que o presidente de província, major Oliveira, e o líder dos liberais, Manuel Alves Ribeiro. Porém, se antes o governo central era condescendente com várias irregularidades do fazendeiro de Poconé, dessa vez atendeu aos pedidos do chefe

do Executivo provincial. O major foi atendido em vários pontos de suas solicitações à Corte, conseguindo inclusive mudar as pessoas de comando de postos armados, como a Guarda Nacional, comandada até então pelo próprio fazendeiro de Poconé. Dois outros fatores foram também extremamente importantes para o major: primeiro, ter conseguido sucesso na criação de uma força armada, chamada de Guarda de Segurança, comandada por pessoas que faziam oposição a Ribeiro na capital, e, segundo, ter sido bem-sucedido em uma articulação com homens públicos de outros lugares da província, que antes apoiavam o fazendeiro de Poconé. Assim, o próprio presidente de província saiu vencedor. No entanto, o governo central abriu uma segunda vaga para a deputação, que coube ao líder de Poconé. De toda forma, iniciava-se uma nova década sem mais o predomínio político dos liberais na província (SENA, 2009, p. 84-96).

Se a combinação dos homens públicos do Partido Liberal ao movimento do período regencial contribuiu decisivamente para o fim da hegemonia de Ribeiro, não sabemos ao certo. Mas foi fato que várias alianças com que Ribeiro usualmente contava, como a que existia com os Pereira Leite, de Vila Maria (hoje Cáceres), foram desfeitas e deixaram de fornecer seu apoio nas disputas eleitorais de 1849. Se não podemos estabelecer a causa direta dessa vinculação de imagens, a memória do “30 de maio” não deixava de causar temor ou, ao menos, inspirava respeito. O deboche fazia parte desse receio de fragmentações do Império que procuravam construir, cujos limites estavam na província de Mato Grosso, projetando extensas fronteiras internacionais – ainda indefinidas e questionadas – com países também em conflitos civis nas suas tentativas de configurações políticas e territoriais.

Como visto anteriormente, casos que denotassem mácula numa História que estavam construindo, fundamental para a ideia de nação, eram dispensados de constituir a substância do “corpo da pátria”. Nesse sentido, François-Xavier Guerra nos mostra que as Histórias nacionais foram o principal empreendimento das nações ocidentais inventadas no século XIX, que procuravam agregar províncias e cidades díspares. Tinha-se na Espanha, por exemplo, uma determinada História que antecedia até mesmo o Império Romano, prenunciando o futuro da terra onde seria oficial a língua castelhana ao lado das “pátrias locais”. Uma das “dificuldades” da configuração das nações na América Latina era justamente não terem tido, antes da independência, sociedades que promovessem a erudição histórica, a pesquisa geográfica, o inte-

resse pela literatura, danças e músicas específicas de uma região, tal como ocorreu, por exemplo, ainda no XVIII, na Espanha e na França (GUERRA, 2003, p. 31-56).

Ao contrário de Benedict Anderson (2008), que vê nos *criollos* os pioneiros da nação moderna, por fazerem residir na população a ideia e sentimento de uma comunidade imaginada, o historiador Guerra prefere ver justamente nas grandes monarquias católicas, França e Espanha, o engendramento dos países que vão se imaginar como soberanos independentes das dinastias de realeza, ou seja, o que seriam as nações modernas. Nesses lugares, a ideia de unificação e diversificadas práticas de sociabilidade, tais como a fundação de academias, a proliferação de saraus, o culto de uma História, incentivadas pelas coroas, acabam por corroborar a ideia de que era na nação, depois de um tortuoso caminho, que a soberania dos povos residiria. Quando estabeleceram a constituinte, não havia mais volta para a ideia da soberania no corpo do rei. Na América, continua o autor, existiam “nações soberanas”, mas sem liga, sem haverem tido Histórias compartilhadas, associações que discutissem a sua geografia, saraus que comemorassem as produções literárias e musicais. Não havia um culto à pátria suficiente que pudesse fazer a definição “comunidade imaginada” (GUERRA, 2003, p. 57-60).

O conflito em Mato Grosso, de 1834, era uma dessas imagens que poderiam causar repugnância à forma ideal, de cujos fundamentos se erigiria a História de um lugar indivisível, uma nação predestinada a ser líder continental, segundo os principais homens públicos do século XIX. Para isso corroborava a ideia de que havia uma “índole-pacífica-do-povo-brasileiro”, propagada desde a época da independência, como mostra o historiador Marco Morel. Ela ganhou terreno durante as regências, sendo enfaticamente reafirmada durante o Segundo Reinado, e virou verdadeiro lugar-comum na República. Era lugar-comum, mas também a maneira de reforçar a visão unitária e unificadora dos habitantes do Brasil desde tempos coloniais, em uma visão anacrônica. E foi justamente no período da República que o conflito em tela ficou definitivamente conhecido por “Rusga”.

Veyne (1987) e Kossleck (1992) mostraram que é positivo perceber os acontecimentos semânticos, ou seja, como ocorreram mudanças de significado de um termo ou conceito. Nesse sentido, autores como François-Xavier Guerra (2009) e Manoel Hespanha (2003) encontraram formas de análise e de pesquisa utilizando-se do

vocabulário político da época, como, no caso, a polissemia de “nação” e “Estado”, que ganharam outros significados com o fim do Antigo Regime, tanto na Europa como na América.

Ao procurarmos no *Moraes*, o dicionário de língua portuguesa mais utilizado no século XIX, nas edições de 1813 e de 1823, não encontramos nenhuma designação para “rusga” ou para alguma palavra próxima à grafia ou derivação. Mesmo em um compêndio que diz pretender “capturar” os vocábulos e frases não encontrados em outros dicionários, ou que teriam significações diferentes das encontradas em outras publicações etimológicas (SOARES, 1954), não aparece referência à palavra que veio a designar o episódio de 1834. Entre outros dicionários em circulação no Brasil Império, incluindo ainda mais uma edição do *Moraes*, de 1877, o de Fonseca e Roquete, de 1848, além do dicionário de Eduardo de Faria, José Maria Almeida Lacerda e Portugal de Araújo, de 1862, não há nenhuma menção ao vocábulo que nos interessa. Ele aparece somente no *Caldas Aulete*, de 1881. O sentido não difere daquele que se emprega nos dias de hoje: “briga, desordem, contenda”. Em termos “chulos”, segundo a publicação, a palavra era relacionada a “prender soldado”. Trata-se de uma derivação do inglês *rush*, para designar correria, o que não diferencia dos nossos dicionários atuais, não indicadores de algo tão atroz como torturas e execuções sumárias de dezenas de pessoas.

Apesar de encontrarmos em documentos de época a palavra “rusguento”, e de ela não estar dicionarizada na época, não podemos deixar de considerar o que foi mencionado anteriormente: a tendência de enfatizar o caráter sempre pacífico do povo brasileiro no processo de construção da nação. Não sabemos precisamente quando o termo passou a designar o evento, como de fato ficou amplamente conhecido. Rubens de Mendonça, em publicação de 1967, já utilizava a palavra. Sua explicação do evento baseava-se em um nacionalismo contra os portugueses. Utiliza-se de um binarismo, praticamente enaltecendo o movimento como uma “revanche à tirania lusa”, mesmo considerando que os revoltosos estavam “cegos de ódio”. É ressaltada, sobretudo, a perspectiva de que a soberania nacional residia na vontade popular dos brasileiros recém-libertos (MENDONÇA, 1967, p. 39-40).

Em trabalhos recentes, aqui já citados, a historiadora Elizabeth Siqueira envereda por investigações que prescindem da chave explicativa baseada na legitimidade de uma “reivindicação nacional” dos participantes, passando a focar principalmente o conflito intraelite, mas com participação popular. Tanto brasileiros natos como “ado-

tivos” foram alvos dos descontentamentos, desembocando no que já estava costumeiramente chamado de “Rusga”. De toda forma, a autora fornece ampla documentação e balanço historiográfico para os historiadores que queiram destrinchar o complicado evento<sup>2</sup>.

Seriam importantes também pesquisas que utilizassem o *Matutina Meyapontense*, jornal publicado na província de Goiás, mas que tinha espaço para as falas políticas mato-grossenses, expressando as rivalidades locais antes da eclosão do “30 de maio”. Essa coleção de documentos também está disponível no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Da mesma maneira, os documentos no Arquivo Nacional, que contêm correspondência entre as autoridades locais e o governo central, também deixam em aberto novas possibilidades de pesquisa, além do próprio Arquivo do Estado de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Sem dúvida, muitas publicações atuais, mesmo utilizando a palavra “Rusga”, não abrem mão de assinalar a violência ocorrida na província, inclusive já sem justificá-la como uma atitude contra a “arbitrariedade” dos portugueses que aqui residiam. Além do mais, é com esse nome que o evento é bastante conhecido. No entanto, procurar o vocabulário da época, e perceber quando a historiografia nomeou-o com termo que o reduzia a uma pequena querela, também ajudaria a entendermos melhor como foi construída sua memória, além do próprio episódio, que é por si só bastante pertinente para compreender os vários momentos da construção da nação.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT)

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. Antônio Pedro de Alencastro para Marcelino de la Penha. Cuiabá. 19 de dezembro de 1835.

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. José Antônio Pimenta Bueno para Marcelino de la Penha. Cuiabá, 8 de março de 1837.

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. José Antônio Pimenta Bueno para Marcelino de la Penha. Cuiabá, 10 de junho de 1837.

<sup>2</sup> O *Auto Sumário-Crime*, parte dessa dissertação de Siqueira, é o principal documento de um trabalho de mestrado que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso pela mestranda Patrícia Figueiredo de Alencar, sob orientação do professor Oswaldo Machado Filho.

APMT. Registro de Correspondência, com outras Províncias e com a Bolívia. Anos: 1835-1845. Antônio José Pimenta Bueno para Coronel D. Pedro José de Urtuby. Cuiabá, 10 de março de 1838.

APMT. Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Anos: 1843-1847. Ricardo José Gomes Jardim para José Carlos Pereira de Almeida Torres, Ministro do Império. Cuiabá 5 de maio de 1845.

### **Relatórios de Presidente e Vice-Presidente de Província**

ALENCASTRO, Antônio P. *Relatório de presidente de província de Mato Grosso – 1835*. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em: <[http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato\\_grosso](http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso)>. Acesso em: 12 set. 2011.

PIMENTA BUENO, Antônio Pimenta. *Relatório de Presidente de Província – 1836*. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em: <[http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato\\_grosso](http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso)>. Acesso em: 12 set. 2011.

SILVA, Antônio José da. *Relatório de Vice-Presidente de Província – 1836*. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845. Disponível em <[http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato\\_grosso](http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso)>. Acesso em: 12 set. 2011.

### **Arquivo Nacional**

AN. IJJ (9) 505. *Officio*. Poupino Caldas para A. Pinto Chinchorro da Gama, Cuiabá, 3 de junho de 1834.

AN. Pasta IJJ(9) 527. *Abaixo-assinado de vários cidadãos surpreendidos com a notícia de que o Presidente de Província Antônio Pedro de Alencastro iria ser removido de seu exercício*. Cuiabá, 1º de dezembro de 1835.

AN. Pasta IJJ(9) 527. *Abaixo-assinado dos cidadãos residentes no distrito do Livramento – Termo da Cidade de Cuiabá*. Cuiabá, 16 de dezembro de 1835.

AN. Pasta IJJ(9) 527. *Officio Reservado*. Joaquim José Gomes da Silva para Ministro dos Negócios do Império, José Limpo de Abreu, Cuiabá, 17 de dezembro de 1835.

AN. Pasta IJJ(9) 507. *Officio*. Joaquim José de Oliveira para Antônio Manoel de Campos Mello, Ministro da Justiça. Cuiabá, 29 de novembro de 1848.

AN. IJJ(9)507. *Officio*, Manuel Pereira da Silva Coelho, Chefe interino de polícia, para Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 1º de junho de 1849



## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial – 1831-1889*. V. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-120.
- CALDAS AULETE. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Bahianos em Matto Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 200, p. 71-91, jul. 1948.
- \_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: UPF, 1998.
- FARIA, Eduardo de; LACERDA, José Maria Almeida; ARAÚJO, Portugal Correia de. *Diccionario da lingua portugueza: para uso dos portuguezes e brasileiros; seguido do diccionario de synonymos: com reflexões criticas*. Lisboa: Escripatorio de Francisco Arthur da Silva, 1862.
- FONSECA, José da; ROQUETE, Jose Inácio. *Diccionario da lingua portugueza*. Paris: Aillaud, 1848.
- GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003. p. 33-60.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias – ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Encuentro, 2009.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Orgs.) *O liberalismo no Brasil imperial – origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 73-102.
- HESPANHA, António Manuel. Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre antigo regime e liberalismo. In: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003. p. 93-108.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.

- \_\_\_\_\_. O gigante no espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.13-52.
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso (através de seus governantes)* – “pro patria cognita aque immortalis”. Cuiabá: IHGMT, 1967.
- MESQUITA, José de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Do amor da pátria, do amor das letras: as origens da nação na Revista do IHGB (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. In: *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- SENA, Ernesto Cerveira de. O jogo político em Mato Grosso e o “Partido Anarquizador” (1840-1851). In: AXT, Gunter; Maria D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes M. (Orgs.). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007. p. 53-64.
- \_\_\_\_\_. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política nas fronteiras do Império*. Cuiabá: UFMT/Carlini & Caniato, 2009.
- SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos até agora*. 2. ed. Lisboa: Lacerdina, 1813.
- \_\_\_\_\_. *Diccionario da lingua portugueza*. 3. ed. Lisboa: M. P. Lacerda, 1823.
- \_\_\_\_\_. *Diccionario da lingua portugueza*. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso – Da ancestralidade aos nossos dias*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. *Diccionario Brasileiro da Língua Portuguêsa – Elucidário Etimológico Crítico, das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou nêles vêm com forma ou significação diferente* (1875). Rio de Janeiro: MEC/INL, 1954.
- TAUNAY, Alfredo d’Escagnole. *A cidade do ouro e das ruínas*. Cuiabá: IHGMT, 2001.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1987.